

FTIGESP NEWS // Gráficos pagam pelo que ganham do STIG com os direitos acima da lei?

, 15 Março 2019 - 07:47:09

Para que serve o sindicato? Garantir direitos superiores à própria CLT! A fim de acabar com isso, Bolsonaro elevou a dificuldade do financiamento dos sindicatos pelos trabalhadores, que ficarão submissos às empresas

Para o trabalhador desavisado e aquele que segue a corrente do fake news, ou seja, que acredita na mentira como uma verdade, podem cair na cilada manipulada pela mídia e patrocinada por setores empresariais onde cria a impressão de que sindicato não serve para nada, quando é o contrário. O empregado desavisado, embora não saiba, só possui dezenas de direitos acima da lei trabalhista da CLT por conta da atuação do sindicato. O órgão negocia com os patrões e garante estes benefícios para toda a categoria através da Convenção Coletiva de Trabalho, e direitos ainda maiores que estes via Acordos Coletivos de Trabalho para todos os funcionários por empresa. A PLR anual e cesta básica mensal para todos os gráficos paulistas, por exemplo, só estão sendo garantidos justamente por conta da convenção coletiva em vigor.

A manipulação midiática criou e ainda cria uma repulsa e uma onda de afastamento do trabalhador ao seu sindicato. Com isso, é radicalmente reduzida a força do órgão de classe para a manutenção desses direitos. Foi apostando nisso que Temer teve apoio da classe trabalhadora para aprovar a lei da reforma trabalhista (que tirou mais de 100 direitos das leis do trabalho geridas CLT) com o mote do fim do imposto sindical. Tal imposto é aquele no valor de um dia de trabalho do empregado que é repassado ao sindicato para manter a luta por direitos superiores à CLT.

Mas será que esse desconto do trabalhador para seu sindicato, depois da sua decisão livre e autônoma, paga ao sindicato por todos os direitos superiores garantidos através da convenção e de acordos coletivos? É claro que não! Mas é para isso que serve o sindicato. Organizar a classe para que garantam os benefícios em forma de direitos e salário justos.

Gráficos, se ainda tiverem dúvidas para que serve o sindicato, leiam sua convenção coletiva, garantida pela entidade sindical. O órgão da classe continua precisando da contribuição financeira e política do trabalhador para manter a defesa dos atuais direitos maiores que a CLT. Conheça a sua convenção. Após isso, verá que o enfraquecimento do sindicato por seu afastamento, seja por desconhecimento ou por fake News, ameaça tais direitos superiores ao valor da sua contribuição financeira ao órgão.

Não à toa que o atual governo Bolsonaro elevou o ataque à contribuição financeira dos trabalhadores aos sindicatos. Criou dificuldades para que ocorra contribuição através da folha de pagamento da empresa. Obriga agora que todos sindicatos tenham custos bancários e com os Correios para realizar o desconto. Exige que ocorra por boleto entregue na casa do trabalhador e quitado no banco pelo mesmo. Evidente que a receita sindical cairá, prejudicando os sindicatos e limitando a luta por direitos.

O gráfico desavisado e aqueles trabalhadores seguidores de fakes news poderão até gostar disso enquanto durar seus direitos

superiores a CLT. Porém, sem sindicatos ativos, será por pouco tempo. "O que o governo quer é isolar os sindicatos da negociação e da proteção dos direitos dos trabalhadores, deixando os empregados submissos às empresas", frisa Leonardo Del Roy, presidente da Federação Paulista dos Gráficos.

O dirigente considera a ação do governante como escandalosa manobra jurídica ilegal e sem precedentes na história do país, onde incorporou as mensalidades dos sindicalizados como uma contribuição para se igualar as mesmas condições dos dispositivos específicos do 'imposto sindical'. Ele lembra que essas mensalidades sindicais e o respectivo desconto em folha exige a autorização expressa dos trabalhadores há décadas, como está previsto no artigo 545 da Consolidação das Leis do Trabalho. "Não vamos tolerar esta postura antisindical, sem lutar e envolver todos os nossos gráficos sindicalizados. Vamos defender a liberdade sindical e organização dos trabalhadores", adianta Del Roy.